

Legislar para crescer

ENRICO MISASI

1992 deverá ser um ano legislativo curto, pois também será ano eleitoral. Praticamente, o Poder Legislativo funcionará até o final do primeiro semestre, após o que ocorrerá uma corrida dos políticos às suas bases eleitorais para apoiar candidatos ou mesmo candidatar-se.

O problema que permanece é a quantidade de matérias importantes que hoje estão em tramitação no Congresso Nacional e que deveriam ser votadas ainda este ano e, portanto, ainda no primeiro semestre.

Dentro desse universo, existem, em particular, quatro assuntos de importância fundamental para a modernização do País e para sua inserção no contexto internacional como nação competitiva. O primeiro tema é a questão dos portos, ponto nevrálgico no movimento de comércio internacional brasileiro e que, com seus custos elevadíssimos, causa grandes problemas no fluxo de importações e exportações.

Estes custos, repassados aos preços dos produtos, acabam onerando o consumidor final. Portanto, todo esforço despendido para criar soluções que venham a reduzir os custos e a burocracia dentro de nossos portos será extremamente benéfico para a economia nacional.

O segundo tema que se destaca é o da regulamentação da propriedade industrial. O Brasil ainda depende de um código

antigo e desatualizado, o que permite que o País se integre à sistemática vigente nas economias mais modernas e atuais, ficando à margem do processo de globalização por que passa o mundo.

O terceiro tema de grande importância é a reforma tributária, matéria muito polêmica mas também crucial do ponto de vista da competitividade. Hoje, além do excessivo número de tributos existentes, há grandes distorções na sua forma de arrecadação e distribuição.

Tal situação de um lado favorece a sonegação e de outro onera o usuário final de um bem ou serviço. E, normalmente, o Estado fica com problemas de receita e de aplicação de recursos nos serviços de sua responsabilidade.

O quarto e último tema que deve ter as atenções é o tratamento ao capital estrangeiro que, embora tenha tido algumas melhorias com a aprova-

ção da Lei 8.383 no final do ano passado, ainda precisa de vários ajustes. São ajustes necessários para que o País possa se tornar competitivo, do ponto de vista dos investimentos de risco, atraindo o capital transnacional para contribuir na reativação econômica do Brasil.

É imprescindível, portanto, que todos os empresários, por meio de suas associações e entidades representativas, se cotizem para levar, de forma clara e organizada, as suas idéias e sugestões aos parlamentares em Brasília. Seria um esforço para garantir os subsídios nestas questões de importância maior e permitir que as votações aconteçam de forma rápida e transparente, dentro dos caminhos que conduzem o País ao tão almejado status de nação desenvolvida e moderna, integrante e participante do movimento de globalização das economias mundiais.

Somente uma ação organizada e bem coordenada poderá trazer os resultados desejados, como demonstrou a questão da informática em 1991. Esse foi um assunto muito bem conduzido por todas as partes envolvidas e que resultou numa nova legislação para o setor.

Uma lei mais moderna, atual e que, seguramente, já está proporcionando benefícios aos usuários deste importante segmento da economia nacional. Esses benefícios podem ser verificados especialmente ao se analisarem os dados divulgados pelas entidades do setor.

São dados que mostram uma queda média de 53% nos preços (em dólares americanos) das marcas mais vendidas no mercado brasileiro.

■ **Enrico Misasi, empresário, é diretor-presidente da Olivetti do Brasil S.A. e integrante do Grupo das Empresas Brasileiras de Capital Estrangeiro (EBCEs).**



31 MAR 1992

ESTADO DE SAO PAULO

